

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES

CAMINHOS VERDES

Propostas para um Programa de Desenvolvimento de Renda Familiar através do Ecoturismo para Linha Sete Léguas, 3º Distrito do município de V. Aires/RS.

Wilson Junior Weschenfelder
Biólogo, Educador Ambiental e
Instrutor de Turismo de Aventura

Venâncio Aires, abril de 2006.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1. Caracterização do município	4
2.2. Ambiente Físico	5
2.2.1. Clima	5
2.2.2. Solos	5
2.2.3. Hidrologia	6
2.3. Ambiente Biótico	6
2.3.1. Flora	6
2.3.2 Fauna	7
2.4. O Impacto Ambiental	7
2.5. Infra-Estrutura e Integração, os passos para o Desenvolvimento Sustentável ..	9
2.6. Ecoturismo, um produto diferenciado	10
3. OBJETIVO GERAL	11
3.1. Objetivos Específicos:	11
4. METODOLOGIA	12
5. RESULTADOS ESPERADOS	16
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que 10% das pessoas que viajam pelo mundo são ecoturistas. No Brasil, pressupõe-se que o ecoturismo alcance meio milhão de turistas, por ano.

O número de visitantes estrangeiros no Brasil, em 2001, foi de cerca de 4,8 milhões. Pesquisa da Embratur indica que 13% do total de visitantes estrangeiros, cerca de 611 mil, tem como fator decisório a prática de ecoturismo, porém boa parte destas práticas se resume, por exemplo, num passeio de um dia no Parque Nacional do Iguaçu, para ver as Cataratas. Assim, cerca de 82% destes procuram a contemplação e observação da natureza, caminhadas por trilhas (12%), pesca esportiva (2%), mergulho submarino (2%) e exploração de cavernas (2%).

Outra análise que pode ser de interesse para se entender a procedência e como o turista estrangeiro chega ao Brasil é feita pela pesquisa dos portões de entrada no país. No ano de 2001, o turista chegava por São Paulo (34%), Rio Grande do Sul (17%), Rio de Janeiro (19%) e Paraná (11%).

CASTILHO & HERRSCHER (1997) relatam que o ecoturismo gera bilhões de dólares por ano e que ele está crescendo a taxas de 10% - 15% a.a. Somente em 1990 foram gastos US \$ 220 bilhões em atividades ecoturísticas. O número de chegadas em países desenvolvidos cresce cerca de 3,5 % a. a., enquanto o hemisfério Sul mostra um crescimento de 6 % a. a., devido às suas riquezas naturais e suas culturas indígenas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Caracterização do município

O Município de Venâncio Aires foi criado em 11 de maio de 1891. Localiza-se na encosta inferior nordeste, entre os Vales Taquari e Rio Pardo. Distante 130 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Área territorial de 728,45 quilômetros quadrados. Tem sua divisão política em nove distritos. A população é de 61.207 habitantes, sendo 36.166 (59,09 %) na área urbana.

O setor industrial há mais de uma década apresentou crescimento desenfreado, constituindo-se no principal gerador de empregos e maior componente na formação da renda. São 236 indústrias estabelecidas no Município, com destaque para a produção de fumo, erva-mate, cigarros, fogões, calçados, plásticos e outros. Possui um distrito industrial próprio de 520.000 metros quadrados, localizado quatro quilômetros do centro da cidade.

A agricultura tem significativa participação na economia do Município são 7.500 propriedades rurais concentrando 25.041 habitantes, ou 40,91 % da população. São na maioria pequenos produtores com propriedade média de 14 hectares. Destacam-se os cultivos de fumo, erva-mate, milho, arroz e aipim. Na produção animal aparecem a suinocultura, bovinocultura de leite e corte, avicultura e piscicultura. O êxodo rural tem sido uma constante.

Os setores comercial e de prestação de serviços são diversificados e relevantes empregadores de mão-de-obra. Na maioria microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Estão cadastrados 1.154 estabelecimentos comerciais e 538 empresas de prestação de serviços. A estrutura bancária é de sete agências. A imprensa local conta

com dois jornais e duas emissoras de rádio. O volume de vendas oscila em função de produtos sazonais, principalmente da agricultura.

2.2. Ambiente Físico

2.2.1. Clima

O clima, definido segundo classificação Köpper, é o mesotérmico brando, superúmido e sem período seco (Perez, 1996, p. 24 e 25). Este clima se caracteriza por apresentar uma grande variabilidade do tempo atmosférico em todas as épocas do ano, ocasionada pela sucessão de massas de ar tropical e polares. A temperatura média situa-se entre 15 e 20°C. Durante o inverno é comum a ocorrência de geadas, e na região serrana do município a temperatura pode chegar até a 4°C negativos.

A precipitação pluviométrica média anual é próxima dos 1.500mm. o balanço hídrico da região, baseado em normais de 30 anos, não apresentam déficit de água no solo em mês algum do ano. Há um excedente de 600mm anuais no solo (Perez, 1996, p. 28).

O clima é do tipo Cfa, segundo a classificação de Koeppen, subtropical úmido com regime pluviométrico entre 100 a 130 dias/ano de chuva (variando de 1.500 à 1.700 mm), com temperatura média variando entre 17 à 20°C.

2.2.2. Solos

O município de Venâncio Aires, localiza-se na região chamada Depressão Central do RS na Encosta Inferior da Serra do Nordeste (29.º39'30" – Latitude Sul e 52.º8'41"-Latitude Norte).

A constituição do solo decorre de uma associação denominada Ciríaco-Charrua. Possui, ao norte, solos originados a partir de rochas basálticas de origem vulcânica, denominado de fração Charrua, que são solos Litológicos Eutróficos, com textura média, relevo montanhoso, substrato basalto amigdalóide. Enquanto ao sul, os solos recebem a influência das rochas sedimentares pertencentes a Bacia do Paraná, denominado de

fração Ciríaco caracteriza-se por solo Brunizen Avermelhado, rasa textura argilosa, relevo forte ondulado, substrato basalto.

O Ministério da Agricultura em 1973, realizou o “Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul”, no qual a unidade Ciríaco, é enquadrada na classe de solo apto para culturas permanentes, com condições para utilização com culturas anuais em lavouras de extensão limitada.

A unidade Charrua é incluída na classe solos aptos para culturas permanentes, pastagens ou reflorestamentos e subclasse solos ocupando relevo forte ondulado a montanhoso com fertilidade natural alta, possíveis de uma utilização com culturas permanentes, devido a maior profundidade efetiva.

2.2.3. Hidrologia

O município pertence (98%) a bacia hidrográfica Taquari-Antas, que corresponde a uma área de drenagem de 26.658 Km². A malha hídrica é composta por vários riachos, sangas, arroios e um rio. Destacam-se neste sistema o Rio Taquari, o Arroio Sampaio, o Arroio Taquari Mirim, o Arroio Castelhana, Arroio Grande, o Arroio Isabelina, o Arroio São João, etc, sendo o arroio Castelhana, o principal arroio de Venâncio Aires possuindo uma Bacia Hidrográfica de 668 Km² e uma extensão superior a 100 Km. Sua importância se deve por abastecer a cidade, ter suas nascentes no próprio município e desaguar no Rio Taquari, divisa do município.

2.3. Ambiente Biótico

2.3.1. Flora

As variações nos gradientes ecológicos permitiram a individualização da região da Floresta Estacional Decidual em duas regiões fitogeográficas, a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados (floresta ombrófila mista) ao norte/nordeste e o Pampa, ao sul. A Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados é considerado, atualmente, um dos mais importantes conjuntos de ecossistemas do Planeta e um dos mais ameaçados, onde

está localizado na região serrana do município. O Pampa, vegetação predominante na região da campanha, apresenta-se no município na região sul, onde segundo a historiadores, se estendia até a várzea do arroio Castelhana.

Dentre essas duas Regiões Fitogeográficas onde Venâncio Aires está localizado, podemos observar três unidades fitofisionômicas distintas que são: formação Montana (Mata Atlântica com presença de araucária), formação Sub-Montana e formação Aluvial, campo (Pampa) e banhados (várzeas dos arroios Castelhana e Taquari Mirim), sendo este último muito rico em biodiversidade e de extrema importância para a regulação climática.

2.3.2 Fauna

A fauna é condicionada diretamente pelos fatores bióticos e abióticos do ecossistema, bem como a ação antrópica que atua diretamente nestes dois fatores.

Para se avaliar profundamente as unidades faunísticas e as suas possíveis relações com o habitat ou o nicho ecológico, deve-se considerar uma série de fatores, tais como: distribuição geográfica e ecológica, limites de tolerância aos fatores ambientais e muitos outros. Este tipo de abordagem multifatorial torna-se impraticável nestes tipos de estudos. Deste modo, optou-se em salientar os grupos de animais mais representativos descritos em projetos e em observações de campo.

2.4. O Impacto Ambiental

Toda a atividade humana tem algum grau de impacto ao meio ambiente, e o turismo, que privilegia ecossistemas naturais, também é causador de diversas perturbações.

Os impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade do turismo estão, a princípio, relacionados aos danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado ao benefícios sócios-econômicos e ambientais.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Da mesma forma, a infra-estrutura necessária, se não atender as normas

preestabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais, florísticos e faunísticos.

Deste modo, os principais efeitos e impactos causados pelo turismo no meio ambiente são: compactação do solo; deterioração da paisagem; remoção da cobertura vegetal; erosão; diminuição da biodiversidade; perturbação e poluição sonora; mudança dos hábitos dos animais; contaminação do solo e das águas; introdução de lixo; excessos de veículos provocando a liberação de gases e perda da qualidade do ar; introdução de espécies exóticas provocando o extermínio de espécies nativas; construção de instalações (infra-estrutura) causando a remoção da cobertura vegetal e aumentando a erodibilidade; introdução de materiais estranhos ao meio ambiente; etc.

Outros impactos, este de ordem cultural, pode ser causado pela exclusão das populações locais que não se relacionam ao turismo, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

Econômica e socialmente pode acontecer uma distribuição injusta de renda gerada pelo turismo, modificando as atividades econômicas tradicionais. Para isso, medidas preventivas e corretivas podem e devem ser adotadas, entre elas:

- Crescer sem destruir: o desenvolvimento sustentável do turismo, implica no crescimento de fatores positivos e na diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis do meio rural.
- Inovação e disseminação de novas práticas: as ações de minimização dos impactos ambientais devem ser equilibradas com ações voltadas para a inovação e valorização das práticas rurais que apresentem componentes de sustentabilidade, apoiando o desenvolvimento do turismo e vice-versa.
- Diálogo entre o desenvolvimento turístico sustentável e o desenvolvimento local: a sustentabilidade no turismo deve ser inserida no contexto efetivo do desenvolvimento local e influenciar outras opções, assim, possibilitando criar e desenvolver alternativas de fontes de renda para a população rural.
- Fortalecimento da democracia: reconhecendo que sem democracia não há sustentabilidade, deve-se fortalecer os mecanismos de gestão democrática e o desenvolvimento da cidadania ativa.
- Mudança do enfoque das políticas de desenvolvimento e preservação ambiental: deve-se promover a substituição paulatina dos instrumentos de caráter punitivo por instrumentos de incentivo e auto-regulação dos agentes sociais e econômicos.

- Informação para a tomada de decisão: o conhecimento e a informação sobre a gestão de território e do meio ambiente rural aumentam a consciência ambiental da população rural, qualificando-a para participar ativamente dos processos decisórios.

2.5. Infra-Estrutura e Integração, os passos para o Desenvolvimento Sustentável

Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social dos indivíduos aos circuitos de produção, cidadania e consumo. Este estilo de desenvolvimento deve oferecer um amplo conjunto de políticas públicas capaz de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura econômica e social, mobilizando os recursos de modo a satisfazer às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Entre as principais recomendações à ser adotada estão:

- Concepção, planejamento, implantação, operação e acompanhamento de projetos de infra-estrutura compatíveis com as especificidades, potencialidades e fragilidades do meio físico e territorial.
- Utilização da infra-estrutura já existente, de modo a garantir a máxima utilização sem grandes investimentos e facilitando a integração e a redução das desigualdades sociais.
- Instituição nos projetos de infra-estrutura os passivos ambientais.
- Reestruturação produtiva com ganhos de competitividade e redução do desperdício de energia a partir do conceito de sustentabilidade.
- Estruturação do sistema de planejamento, atualizando-o em termos de informação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados.

2.6. Ecoturismo, um produto diferenciado

No Brasil, as tendências do ecoturismo, observadas num primeiro momento, parecem estar relacionadas com a mentalidade ambientalista (assumida por modismo ou convicção), que talvez poderia explicar o crescimento de certas modalidades turísticas e de atividades de recreação fundamentadas em recursos naturais básicos, que a primeira vista confundem com simples e rústico, muitas vezes podem significar turismo a baixo custo.

Segundo Canessa, citado por Pagani et al. (1996), o Ecoturismo pode ser compreendido como a rede de serviços e facilidades oferecidos para a realização do turismo em áreas com Recursos Turísticos Naturais, sendo considerado também um modelo para o Desenvolvimento Sustentável da Região.

Deste modo propostas e modelos desenvolvidos no sentido de preservar os espaços naturais e conduzir racionalmente a ocupação territorial, com vistas à salvaguardar as atividades turísticas e a originalidade das atrações, demonstram ser o elemento essencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

3. OBJETIVO GERAL

Subsidiar a formulação de um Programa de Desenvolvimento Ecoturístico, com propostas que introduzam a dimensão ambiental na política de desenvolvimento, incorporando os principais objetivos do desenvolvimento sustentável; desenvolver políticas de preservação para regular o uso e a ocupação do solo; qualificar e capacitar a população rural para atender a demanda turística; fomentar novas formas de empregos diretos e indiretos para combater o empobrecimento e o êxodo rural; estabelecer, desenvolver e estimular medidas estruturais que envolvam o fortalecimento institucional e a cooperação de órgãos e entidades.

3.1. Objetivos Específicos:

- 2.1. Implantar Pólos de Ecoturismo nas localidades de Vila Deodoro, Linha Cachoeira e Linha Sete Léguas;
- 2.1. Conscientizar as comunidades locais da importância do turismo como fonte de renda alternativa;
- 2.2. Sensibilizar as comunidades locais da importância da manutenção e conservação dos recursos naturais para o desenvolvimento do turismo;
- 2.4. Desenvolver e capacitar as comunidades locais, através do curso de Capacitação de Condutores Locais de Ecoturismo, para gerenciar seus recursos naturais.

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento do turismo sustentável deverá seguir alguns passos como:

Planejamento: o planejamento requer que se tenha um diagnóstico geral da localidade e da realidade em que se vai trabalhar. Com base nesse diagnóstico, o planejamento deverá estabelecer objetivos, metas, atividades, recursos necessários, grau de adesão dos moradores, responsabilidades, período de realização das atividades e duração do planejamento.

Organização: a organização deve fornecer dados técnicos sobre a melhor forma de desenvolvimento sustentável para o serviço em questão, utilização dos recursos materiais, humanos e os demais disponíveis.

Coordenação: a coordenação implica na orientação dos trabalhos para que os objetivos sejam atingidos.

Controle: o controle implica no acompanhamento constante do desenvolvimento das atividades. Nesse processo de acompanhamento, é fundamental que se esteja atento para as mudanças que ocorrem ao longo do processo de execução dos trabalhos.

Avaliação: para uma boa avaliação, é fundamental que no processo de execução das atividades se considere o diagnóstico inicial, bem como, o registro das alterações ocorridas ao longo do processo de execução das atividades planejadas. A avaliação permite o acompanhamento permanente do planejamento, bem como, a correção de rumo das ações planejadas ou a reafirmação dos objetivos do planejamento.

O planejamento turístico descrito por Mariani & Gonçalves (1996), é um processo racional de tomada de decisões, que implica uma reflexão sobre as condições econômicas, sociais, culturais, políticas e ecológicas de um território; e, ao mesmo tempo,

pensar em bases para ações futuras na esfera do turismo com propósito de estabelecer critérios, normas e programas de desenvolvimento.

1. Fortalecer mecanismos de articulação entre a Administração e sociedade civil:

- Proposição de novos mecanismos de articulação entre a administração e sociedade civil e valores dos mecanismos já existentes (Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais, Agenda 21 local, dentre outros);
- Revisão institucional dos órgãos públicos tanto no âmbito interno como no que se refere aos instrumentos de participação local e descentralização de responsabilidades;

2. Fortalecer a Agricultura Familiar frente aos desafios da sustentabilidade agrícola:

- Inserção da agricultura sustentável nas esferas de atuação do PRONAF e de outras iniciativas de apoio à agricultura familiar;
- Apoio às entidades não-governamentais que se proponham a organizar as populações locais para na implantação de sistemas de produção, processamento e distribuição baseados na conservação da biodiversidade;
- Ampliação do acesso à formação educacional, profissional, ao conhecimento ecológico e à educação ambiental;
- Alternativas de créditos ao manejo sustentável (em lugar de crédito para produtos específicos);
- Estímulo ao beneficiamento da produção (agroindustrialização) com o objetivo de agregar valor aos produtos (verticalização) atendendo padrões de qualidade exigidos pelo mercado;

3. Incentivo ao planejamento ambiental e ao manejo sustentável dos sistemas produtivos:

a) Planejamento e gestão ambiental:

- Atividades agrícolas que impliquem na destruição da vegetação natural deverão ser autorizadas e monitoradas, quanto à sua sustentabilidade;
- Obrigatoriedade de recomposição de reserva florestal legal para as classes de uso dos solos inferiores;
- Estímulo à recuperação das áreas degradadas;

b) Conservação da biodiversidade:

- Desenvolvimento de estratégias nacionais, programas e planos com ênfase na ampliação do patrimônio genético;
- Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias e práticas de produção agrícola que aumentem a produtividade e, ao mesmo tempo, evitem a degradação e restabeleçam ou ampliam a diversidade biológica;

c) Manejo dos sistemas produtivos:

- Fomento às práticas agrícolas sustentáveis: fusão da produção animal e vegetal, rotação de culturas, consorciação, práticas de conservação e recuperação de solos; adubação verde, adubação orgânica, plantio direto sem herbicidas, uso de biofertilizantes, manejo integrado e controle biológico de pragas, etc.;
- Cordões de segurança para as monoculturas, que exerçam o efeito de bordas e que evitem a propagação de efeitos agressivos ao meio ambiente;
- Incentivo à substituição gradativa de insumos industriais por insumos obtidos por meio de práticas biológicas;

d) Conservação e recuperação de solos:

- Aumento das áreas com cobertura verde no outono e inverno e cultivo de plantas com forte capacidade de fixação de nitrogênio atmosférico;
- Análise da viabilidade de uso de outras fontes de nutrientes: lixo orgânico, lodo de esgoto, resíduos de podas, etc.
- Adoção de práticas de manejo de solo que satisfaçam aos três princípios básicos de controle de erosão: evitar o impacto das gotas da chuva; dificultar o escoamento superficial e facilitar a infiltração de água no corpo do solo;

e) Redução do uso de agrotóxicos:

- Estabelecimento de áreas de exclusão ou de redução do uso de agrotóxicos (proteção de áreas de maior risco de contaminação, de recursos hídricos, de habitats selvagens e de plantas e animais específicos);

- Implantação de medidas de caráter técnico, administrativo, financeiro e legal para induzir a substituição de agrotóxicos perigosos por produtos químicos mais seguros;
- Ampliar programas de divulgação e treinamento de agricultores para a tríplice lavagem e destino final da embalagem;
- Restrição do uso de agrotóxicos proibidos em outros países;
- Formação e licença obrigatórias para pessoas encarregadas do uso de agrotóxicos;

f) Instrumentos econômicos para o manejo sustentável:

- Implantação de linhas de crédito voltadas ao financiamento de sistemas produtivos baseados na preservação e valorização da biodiversidade;
- Vinculação da obtenção de crédito rural a técnicas produtivas que evitem erosão dos solos e reduzam os impactos ambientais das atividades agrícolas;

5. RESULTADOS ESPERADOS

Desde meados dos anos 80, ampliam-se as práticas que procuram aliar a conservação ambiental e a produção de alimentos em larga escala. As “saídas” mais convincentes provêm das alternativas: a orgânica, a biodinâmica, a ecológica, dentre outras.

Os problemas mais graves na área de recursos hídricos no País poderiam ser assim enumerados: dados e informações insuficientes ou não acessíveis para promover uma adequada avaliação dos recursos hídricos; inexistência de práticas efetivas de gestão de usos múltiplos e integrados dos recursos hídricos; base legal insuficiente para assegurar a gestão descentralizada; manejo inadequado do solo na agricultura; distribuição injusta dos custos sociais associados ao uso intensivo da água; escassez de água, natural ou pelo uso intensivo do recurso hídrico; disseminação da cultura da abundância dos recursos hídricos; ocorrência de enchentes periódicas nos grande centros urbanos brasileiros.

Uma alternativa eficiente é o plantio direto, técnica em que a cobertura morta é mantida sobre o solo, evitando-se, assim, o revolvimento excessivo, reduzindo a erosão em até 90% e ampliando os níveis de fertilidade, devido ao meio acúmulo de matéria orgânica e de certos nutrientes.

O grande inconveniente é o uso exagerado de herbicidas, tanto para a formação da camada de cobertura morta que recobre o solo como para o combate de ervas daninhas. A Empresa de Pesquisas Agropecuárias – EPAGRI – de Santa Catarina testou e difundiu sistemas de plantio rotacionais com adubos verdes que formam sobre o solo uma camada espessa de cobertura morta, impedindo o desenvolvimento de ervas daninha

Destaca-se o uso de biofertilizantes para a adubação foliar, como o “super-magro”, que bane as aplicações de agrotóxicos mantendo os mesmos níveis de produtividade. De acordo com dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, nos

parreirais convencionais – banhados por 30 a 35 aplicações de agrotóxicos – o custo de produção por hectare chega a R\$ 5.000,00. Nas propriedades “ecológicas” o valor é estimado em R\$ 300,00.

Outros métodos alternativos de fertilização dos solos são: a incorporação de tortas de tortas de vegetais, a manutenção da cobertura morta, a compostagem de matéria orgânica de origem animal, dentre outros. Uma alternativa extremamente importante é a utilização do lodo dos esgotos domésticos como adubo orgânico, neste caso o potencial de produção nas grandes cidades é enorme e o insumo pronto custaria a metade do preço pago pela torta de mamona.

O desafio é garantir que esse insumo chegue ao produtor sem resíduos de metais pesados ou outros contaminantes ambientais. A transformação do lixo urbano em fertilizantes para a agricultura enfrenta dilemas semelhantes: de um lado a possibilidade de se reciclar um material abundante e extremamente rico em nutrientes (esgotos, resíduos orgânico e de podas, etc.), de outro, os riscos de contaminação por substâncias nocivas à saúde.

A idéia de um programa de desenvolvimento turístico na região serrana de Venâncio Aires, se deve pois o turismo, é e será uma condição de desenvolvimento equilibrado para gerenciar seus recursos naturais, históricos e culturais, e assim, utilizá-los como principal produto para o turismo.

Para tal, a necessidade da conscientização e, com um trabalho direcionado, provocando a reorientação de hábitos, pois como aborda Tulik (1990) “as questões relacionadas aos recursos naturais pelo turismo é, no mínimo, oportuno, considerando as tendências contemporâneas da promoção e ocupação turísticas de certas localidades”.

Assim, uma das “saídas” para a sustentabilidade do turismo, parece ser a diversificação das propriedades por meio de rotações de culturas e da integração da produção animal e vegetal. As rotações são excelente meio de se manter a estabilidade de um agroecossistema, pois reduzem o risco de infestações de pragas e de certas doenças, e aproveitam de forma mais eficientes os recursos disponíveis – água, nutrientes, luz, dentre outros.

Na exploração de recursos da flora nativa, com seus usos, diretos e indiretos, as espécies vegetais com propriedades medicinais não têm merecido atenção especial, seja pelo seu consumo direto, seja pelo seu grande potencial na produção de novos medicamentos. Algumas dessas espécies têm sido ameaçadas de extinção, já que muitas vezes são utilizadas comercialmente partes essenciais para a reprodução dessas espécies, tais como raízes, sementes e flores.

A proteção às plantas representa garantia de utilização de matéria-prima de alto valor econômico e genético para a população humana e, portanto, deveria ser tratada como assunto de Estado. No entanto, nenhum programa eficiente tem sido desenvolvido para promover a conservação e o manejo sustentável desses recursos.

Outra forma de diversificação dos sistemas produtivos é a agrosilvicultura, que consiste em um sistema de manejo florestal que concilia a produção agrícola e a manutenção das espécies nativas. Na Floresta de Araucárias, o cultivo de erva-mate sob sistema agroflorestal tem demonstrado vantagens econômicas e ambientais em relação aos sistemas de cultivo convencionais. Com essas experiências observa-se o aumento de matéria orgânica nos solos, a redução da erosão e o aumento da diversidade de espécies. Mas, apesar das vantagens, a possibilidade de disseminação em larga escala dessas experiências ainda esbarra na escassez de informações sobre sua viabilidade econômica e na maior exigência em conhecimentos ecológicos e em capacidade gerencial se comparados aos sistemas mais simplificados.

Representando assim, uma alternativa de produção para as propriedades familiares, principalmente no que se refere à conservação florestal, à diversificação de produtos e à geração de renda. São também indicados para recuperação de áreas degradadas, por propiciar controle de erosão, melhorias do solo e manutenção de umidade.

Desde que se começou a divulgar produtos diferenciados no mercado turístico, houve um certo desequilíbrio entre a oferta e a realidade dos serviços prestados aos turistas. Esta modificação foi acentuada quando descobriu-se a possibilidade de agregar a um mercado potencial sensibilizado com os problemas ambientais, um subproduto chamado ecoturismo, que incorporado a um maior contato com a natureza, diferenciou-o das tours tradicionais.

Neste momento, o ecoturismo pode qualificar-se como uma oportunidade à ser aproveitada, sendo somente seu erro principal, os planos de manejos inadequados, por talvez não considerar que é um turismo em evolução, restrito à áreas de atrativos turísticos naturais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARIANI, M. P. A., GONÇALVES, H. C. Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal Sul-matogrossense (MS, Brasil). In: LEMOS, A. I. G. Turismo, impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 79-84.

PAGANI et al. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A. I. G. Turismo, impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 151-163.

CASTILHO, C.; HERRSCHER, R. Ecotourism: Paradise gained, or paradise lost? Disponível no site Oneworld. URL: <http://www.oneworld/org/panos/briefing/ecotour.html> Consultado em 4 de maio 1997.

NIEFER, I.; SILVA, J. C. L. G. da. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. Cadernos da Biodiversidade, v.2, n.1, jul. 1999, p.53-61, 1999.